CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 538/71

Aprovado em 6/12/71

A Lei n° 9.863, de 1967, e os Decretos n°s, 49.369, de 1967 e 52.122, de 1969, antes, e a Lei 10.403 e o Decreto n° 52.811 atualmente tornam defeso o pagamento de qualquer gratificação aos membros da Comissão de Encargos Educacionais, e a representantes de entidades a que se refere o Decreto-lei n° 532/69.

PROCESSO CEE - N° 958/70

INTERESSADO - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - CENE

ASSUNTO - atribuição de "Pró-labore" aos membros da Comissão de Encargos Educacionais.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

RELATOR - Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI

1. O objeto deste parecer é simples.

O Decreto-lei Federal n. 532 de 16 de abril de 1969, deu origem neste Conselho à Comissão de Encargos Educacionais. De acordo com o inciso I do § 1° do artigo 2° do diploma legal, a Comissão será integrada, além de um Conselheiro, por um representante das seguintes entidades: Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino, Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, e da União Nacional de Associações/ Familiares (UNAF).

Consoante o Regimento do Conselho, artigo 38, §1°, a indicação dos representantes caberá às entidades regionais ou, na sua falta, às de âmbito Nacional.

Neste Colegiado, a União Nacional de Associações Familiares esta representada pela Confederação das Famílias Cristãs.

Pois bem. Por seu Presidente, essa entidade alegando que, embora honrosa, o exercício da representação acarretava trabalho, pleiteou fosse concedido a seu representante um "Pró-labore", ainda que modesto. Cabe-nos falar.

2. Parecer,

Colocada a matéria sob o ponto de vista jurídico como nos cabe fazer, a solicitação é absolutamente inviável.

A Lei n. 9.865, de 9 de outubro de 1967, que reorganizou o Conselho, o seu Regimento aprovado pelo Decreto n. 49.369, de 8 março de 1968, com a redação aprovada pelo Decreto n. 52.122, de 1° de julho de 1969, autorizou pagamento de jeito somente a Conselheiros e relativamente apenas à presença nas sessões de Câmaras e do Plenário*

Assim, o trabalho dos Conselheiros na Comissão de Legislação e Normas não faz jus àquela ou outra gratificação, a despeito do seu volume ou do número de reuniões.

Essa conclusão que chegou a Comissão de Legislação e Normas ao aprovar o Parecer n. 01/69 do então nobre Conselheiro Paulo Ernesto Tolle.

Por derradeiro, o relator esclarece que a fls. 32, encontra-se ofício do Secretário Geral do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, em resposta à uma consulta que lhe endereçou o seu colega deste Colegiado:- 3 membros da Comissão de encargos Educacionais não recebem qualquer remuneração.

São Paulo, 24 de julho de 1971.

a) Cons. Alpinolo Lopes Casali Relator<>

Parecer aprovado na 45ª sessão da CLN, realizada em 3 de novembro de 1971, com a seguinte emenda aditiva, de autoria do Cons. Moacyr E. Vaz Guimarães, Presidente e Autor:

"O Presente Parecer, do ilustre Conselheiro Alpinolo Lopes Casali, continua válido, na sua fundamentação jurídica.

Para reforçá-lo, a Lei nº 10.403, de 6 de julho de 1971, que reformou a composição e as atribuições do Conselho Estadual de Educação, e o Decreto n. 52.811, de 6 de outubro de 1971, que aprovou o novo Regimento, se afinam pelo mesmo diapasão.

Somente os Conselheiros fazem jus à gratificação por e comparecimento às reuniões de Câmaras, Comissões Permanentes ou Conselho Pleno.

Nessas condições, não ha como atender à solicitação da Confederação das Famílias Cristãs".

Estiveram presentes os Conselheiros Jair de Moraes Neves e Paulo Gomes Romeo.

Sala das Sessões da Comissão de Legislação e Normas, em 3 de novembro de 1971.

Conselheiro MOACYR E. VAZ GUIMARÃES - Presidente